

Canal de Moçambique



www.canalmoz.co.mz

Maputo, Quarta-Feira, 16 de Janeiro de 2013

30 Meticais

Director: Fernando Veloso | Ano 8 - N.º 868 | N.º 183 Semanário

RM e AIM prostituem-se ao Governo

Podridão na Imprensa pública



Ex-SNASP em grande entrevista

“Guebuza sempre foi corrupto”

Página 19 - 21

publicidade

Destques

Podridão na Imprensa Pública

Como jornalistas dos órgãos públicos se “prostituem” com o poder?

Saiba porque é que os órgãos de comunicação do sector Público (RM, TVM, AIM) preferem desinformar o povo no lugar de prestarem informação pública com isenção. Veja aqui dois casos concretos



Já não é novidade que os órgãos de comunicação social do sector público são directamente controlados pelo Governo da Frelimo e que seus dirigentes são indicados, pela Lei de Imprensa, via Gabinete do Primeiro-Ministro.

O Canal de Moçambique teve acesso a troca de emails entre o director da Agência de Informação de Moçambique (AIM), Gustavo Mavie, e a assessora do Gabinete de Imprensa do Primeiro-Ministro, e entre

o chefe da redacção da Rádio Moçambique (RM), Boaventura Mandlate, com o Gabinete de Imprensa do Ministério dos Recursos Minerais. São evidências claras de que em nenhum momento os órgãos de comunicação social do sector público estiveram comprometidos com o serviço público de informação.

No primeiro caso, o director da AIM, acérrimo defensor do Governo, manda a notícia para crivo do Gabinete do Primeiro-Ministro sendo que no corpo

do e-mail diz claramente que com a notícia pretende mostrar que o Governo está a trabalhar. Na verdade, a notícia é uma contra informação sobre a greve dos médicos onde o director da AIM diz que a greve não está a ter impacto, exactamente para enganar o povo.

O segundo caso mostra que os dirigentes dos órgãos de comunicação do sector público, no caso RM, são afinal membros do partido Frelimo. O chefe da redacção da Rádio Moçambique

pede que a assessora da ministra dos Recursos Minerais mande uma carta (em anexo ao email) à ministra. Na carta, o chefe da redacção da RM trata a ministra por “camarada” e informa à ministra Esperança Bias que está a fazer um trabalho de contra informação que visa levar o povo a acreditar que os moçambicanos estão a se beneficiar da exploração dos recursos minerais. O chefe da redacção da RM informa à ministra que no seu trabalho de contra informação só

abordou “economistas patriotas”. Deixa claro que há intelectuais que estão ao serviço do regime: os que não acreditam que os recursos naturais do povo moçambicano estão a ser abocanhados por uma elite minoritária ligada ao partido Frelimo.

Pelo interesse público do assunto, pois envolve dirigentes de instituições do Estado, o Canal de Moçambique publica na íntegra os emails a seguir, deixando ao critério do leitor a conclusão final.

Caso do director da AIM

From: Gustavo Mavie <gustavomavie@gmail.com>

Date: Mon, Jan 7, 2013 at 2:19 PM

Subject: Fwd: (AIM) - 151213E GOVERNMENT SEEKING SOLUTION FOR PUBLIC SECTOR WAGES

To: Celina Henriques <celinahenriques4@gmail.com>

Dear Assessora Celina,

Aqui está a notícia que fiz ontem e que com ela pretendia dissipar alguns equívocos e acima de tudo deixar muito claro que o Governo não está

indiferente e que está a fazer tudo para resolver o problema.

Esta é a versão inglesa que envio juntamente com a portuguesa.

**Sds e bom trabalho.
Gustavo Mavie**

Eis a Notícia enviada em anexo

GOVERNO TRABALHA NA ADOÇÃO DO NOVO SALÁRIO PARA OS MÉDICOS E OUTROS FUNCIONÁRIOS

Por Gustavo Mavie, da AIM

Maputo, 06 Dez (AIM) – O Primeiro-Ministro moçambicano, Alberto Vaquina, trabalhou durante o final de semana com os Ministros da Saúde, da Função Pública e o Vice-Ministro das Finanças, Alexandre Manguela, Vitória Diogo e Pedro Couto, respectivamente.

O encontro insere-se no quadro de esforços que o executivo moçambicano está a empreender visando satisfazer as reivindicações salariais feitas pela classe dos médicos moçambicanos, que no caso

vertente ameaçam observar, a partir de segunda-feira, uma greve geral em todo o país.

Num contacto telefónico com AIM, o titular da pasta da Saúde disse que Vaquina manteve, no último sábado, no seu gabinete, um encontro de trabalho onde venceu que o governo está a fazer tudo ao seu alcance para se encontrar recursos financeiros conducentes ao incremento salarial não só aos médicos, como dos outros funcionários públicos, incluindo os enfermeiros e professores.

Sem entrar em detalhes, Manguela deixou claro que

“há muitos progressos” e o Ministério das Finanças está já a fazer contas que possibilitarão determinar “em que medida” incrementar-se-á o salário tanto dos médicos quanto de todos os outros funcionários públicos.

Segundo o ministro, é preciso que se tenha sempre em conta que não são apenas os médicos cujos salários não estão à altura do que seria compatível com o actual custo de vida no país, e é por isso mesmo que se está a trabalhar no sentido de asse-

(Continua na página 04)

Destaques

(Continuação da página 02)

gurar um aumento abrangente.

A fonte venceu que “não seria justo muito menos aceitável que se aumentasse os salários só para a classe médica, e deixar-se de fora os enfermeiros, por exemplo, que mais tempo ficam com os doentes nas enfermarias”.

Manguele lamenta, por outro lado, que as reivindicações da classe médica estejam baseadas em imposições de prazos que, na sua óptica, são muito limitados, sem tomar em consideração todos os avanços já alcançados no processo negocial, que culminarão com a satisfação do exigido.

Mais ainda, ele venceu não perceber porquê é que se reitera a convocação da greve geral para segunda-feira, se o executivo não só tem estado a fazer tudo ao seu alcance para satisfazer o desiderato da classe médica moçambicana.

Aliás, segundo Manguele, o teor do encontro de trabalho que o Primeiro-Ministro manteve no último sábado com a Ministra da Função Pública e com o Vice-Ministro das Finanças, também foi transmitido aos líderes das reivindicações dos médicos, daí não entender por que razões se mantêm a ameaça de greve a partir de segunda-feira.

“Eu transmiti aos representantes de todo os médicos os detalhes da reunião de trabalho que tivemos sábado com o Primeiro-Ministro. Expliquei sobre os progressos havidos, que levarão certamente à solução do problema”, disse.

Na ocasião, o titular da pasta da saúde lamentou o facto de não se estar a tomar em conta todo o esforço em curso, mas a fazer ultimatos baseados em horas fixas para o início da greve.

O ministro acrescentou que o recurso à greve só se justificaria se o governo não estivesse a tomar em consideração o pedido de incremento, porquanto num país com poucos recursos como Moçambique, um aumento salarial deve ser feito com a certeza de onde se irá buscar o dinheiro.

Essa busca, segundo Manguele, nem sempre pode ser feita dentro dos prazos que os médicos reivindicadores estão a impor.

Manguele desmente a aceção segundo a qual o governo teria já apresentado a proposta de aumento salarial que tenciona atribuir aos médicos, até porque a mesma é objecto de um estudo profundo.

Desde o final desta semana, a Associação dos Médicos Mo-

çambicanos (AMM) afirma, no seu portal, estar na posse de tal proposta do governo, mas que muito longe do exigido por eles, daí a opção pela greve, a partir de segunda-feira, cujo termo depende da satisfação, pelo governo, das suas reivindicações.

MANGUELE DIZ HAVER EXAGEROS QUANTO AO SALÁRIO ACTUAL DOS MÉDICOS

Alexandre Manguele dramatiza parte das alegações feitas por alguns médicos, sobretudo quando afirmam que o fosso salarial varia de oito a 10 mil meticais (cerca de 270 a cerca de 340 dólares americanos).

A aceção, segundo a fonte, não pode constituir a verdade, porque não existe nenhum médico com salário global abaixo de 30 mil meticais (pouco mais de mil dólares). Até os médicos de clínica geral têm, revela Manguele, um salário líquido próximo dos 30 mil.

“Considera-se médico de clínica geral aquele que acaba de concluir o seu curso de medicina e ingressa no Serviço Nacional de Saúde (SNS), antes de se especializar numa determinada área, como a de cardiologia, ginecologia, cirurgia, oftalmologia, entre outras”, disse o ministro.

No caso dos especialistas que trabalham em hospitais das grandes cidades como Maputo, por exemplo, ganham muito mais, porque, segundo o ministro, estimando que o seu salário líquido após os descontos de aposentação totaliza mais ou menos 50 mil meticais.

No caso dos especialistas, quando colocados em zonas recônditas têm um subsídio de dois mil dólares americanos sobre o salário normal, para além duma casa do Estado e outras benesses.

Com este valor, se for um especialista, o seu salário passa a estar próximo dos 100 mil meticais por mês.

Esclareceu que o pagamento deste subsídio de dois mil dólares visa atrair mais médicos a irem as zonas rurais, onde há ainda muito menos médicos especializados, apesar de ser onde vivem cerca de 19 dos 22 milhões de moçambicanos.

ALGUNS MÉDICOS ADEREM À GREVE POR DESCONHECER OS SEUS DIREITOS

Manguele afirma que alguns dos médicos mais antigos poderão aderir à greve apesar de ganharem relativamente bem, por acreditarem que

uma vez próximos da reforma, os seus salários irão baixar para cerca de metade, porque assim era até há alguns anos quando se reformasse.

Pelo contrário, disse que até os reformados passam a ter um salário líquido um pouco acima do que recebiam, porque já passam a não descontar o valor da reforma.

“Há indicações de muitos médicos que ainda pensam que o reformado passa a receber muito menos do que recebia enquanto no activo. Só que isto não é verdade”, explicou Manguele.

Sobre se a greve irá mesmo paralisar os hospitais, Manguele disse acreditar que haverá muitos médicos que colocarão a saúde da população acima de tudo e vão trabalhar, tanto mais que sabem que o governo está a trabalhar para incrementar seu salário ainda este ano.

Aliás, tudo indica, segundo Manguele, que encontrar-se-ão alguns recursos para aumentar o salário geral dos médicos como de os outros funcionários que também auferem ordenados abaixo do desejável devido à exiguidade do Tesouro moçambicano.

(AIM) GM/le(AIM)

O caso do chefe da redacção da Rádio Moçambique

De: Boaventura Mandlate <bpmandlate@gmail.com>

Data: 3 de Janeiro de 2013 09:34

Assunto: Divulgação de acções de governação

Para: “macovela.esperanca” <macovela.esperanca@gmail.com>

Olá camarada Esperança, boas entradas.

Encontre em anexo um guião que dirijo à camarada Ministra Esperança Bias e como sempre, gostaria de contar com a tua ajuda para viabilizar o trabalho. Os Media públicos, neste caso a RM, receberam a tarefa de divulgar acções de governação, nomeadamente de combate à pobreza e a questão da distribuição de riqueza.

Aproveito a ocasião para lamentar que em relação à operação Manica

ainda não tive sinal algum.

Cpts

Boaventura Mandlate

Eis a carta que seguiu em anexo ao Email.

Bom dia camarada Ministra, boas entradas.

No âmbito da disseminação das acções de combate à pobreza e do esclarecimento do “falso” problema de distribuição de riqueza, também me foi entregue este pesado fardo.

Todavia, este esclarecimento só será bem-sucedido se lograr abertura total do Governo e das empresas envolvidas, como a Vale, Rio Tinto, Mozal, etc.

Já iniciei o trabalho e estou sendo bem-sucedido entre economistas patriotas.

Relativamente à questão da “incapacidade” institucional de controlarmos com rigor os nossos recursos, quanto existe, quanto se explora

e quanto se exporta, a nível do Governo seria interessante comentar a hipótese de se contratar uma entidade independente internacional de certificação, que nos garanta o controlo total, enquanto criamos a capacidade moçambicana.

Em todos os países desenvolvidos, no contexto internacional, existe aquilo que se chama responsabilidade social empresarial e corporativa.

Ao abrigo deste instrumento todas as empresas internacionais, a Mozal é uma delas, são obrigadas a produzir um relatório anual com idêntico peso do relatório de contas. Esse relatório é apreciado e aprovado pelos respectivos governos que igualmente podem recomendar modificações.

O entendimento é que a primeira obrigação no âmbito da responsabilidade social corporativa de uma empresa não é oferecer camisetas ou apoiar

um jogo de futebol num bairro, mas sim pagar impostos. A segunda é tratar os trabalhadores com decência, urbanidade e sobretudo com senso enorme de humanidade. A terceira é o tratamento do produto que deve observar os padrões de utilidade pública, tratamento dos clientes, consumidores, meio ambiente, etc., que devem sentir-se satisfeitos com a prestação da empresa, ou que seja, que a empresa não magoa o público, não danifica o ambiente, etc.

Isto tudo é feito em forma de lei no estrangeiro.

Penso, camarada Ministra, que a intervenção de quem direito para esclarecer estas questões, que resultam da pesquisa que estou realizando, será bastante útil para os objectivos perseguidos.

A nível das empresas, relativamente à propalada riqueza,

seria igualmente útil conseguir alguma abertura para se falar da projecção das actividades, esclarecendo quando é que um certo projecto começou, quanto tempo levaram as pesquisas, quanto tempo passa até ao início da exploração, quanto tempo será necessário para se começar a registar lucro líquido para se chegar a tal distribuição de que se fala hoje.

Camarada Ministra, gostaria de contar com o seu apoio no sentido de encontrar portas abertas no Governo, Vale, Sasol, Mozal, Rio Tinto e outras empresas preponderantes.

Antecipadamente sinceros agradecimentos pela atenção e compreensão dispensadas!

Cpts

Boaventura Mandlate

Nosso sublinhado (Redacção/ Canal de Moçambique)